

## Anexo II.5.3.7-A - Turismo, Lazer e Cultura

O propósito fundamental desta complementação de estudos para o item II.3.5.7 – Turismo, Lazer e Cultura, é arrolar de forma crítica e analítica as principais dinâmicas socioambientais relativas às atividades turísticas na área de estudo e os conflitos dela decorrentes, bem como apresentar as demandas e iniciativas que envolvem grupos socioambientalmente vulneráveis.

A metodologia para elaboração deste anexo valeu-se de recolha, consulta e análise de dados secundários publicamente disponíveis, advindos tanto de órgãos públicos (como planos regionais e municipais de gestão e ordenamento afetos ao turismo direta ou indiretamente) quanto de instâncias acadêmicas (artigos e teses) e do terceiro setor (relatórios de projetos de ONGs). Foram ainda apreciados e incluídos os dados sistematizados nos Diagnósticos Participativos do PEA-SP, PEA-Bacia de Campos, PEA-Guanabara e PEA-Litoral Sul Fluminense.

No que diz respeito às políticas públicas para lazer, turismo e cultura, houve nova consulta por contato telefônico e/ou eletrônico às instâncias gestoras para complementar as informações apresentadas anteriormente.

A argumentação aqui desenvolvida seguiu a divisão espacial em regiões turísticas já estabelecida no EIA-RIMA em tela: 1) Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Niterói, Maricá e Itaguaí), 2) Microrregião dos Lagos (Cabo Frio, Araruama e Saquarema), 3) Costa Verde (Mangaratiba, Paraty e Angra dos Reis), 4) Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião) e 5) Caminhos da Mata Atlântica (Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe). Tal procedimento foi adotado na tentativa de emprestar clareza e organização às distintas dinâmicas examinadas.

Uma das iniciativas metodológicas adotadas para a elaboração do item II.3.5.7 – Turismo, Lazer e Cultura do EIA foi o envio de ofícios para as prefeituras dos municípios integrantes deste estudo solicitando o fornecimento de informações tais como: as principais potencialidades relacionadas a incrementos nas áreas já utilizadas e utilização de novas áreas; os períodos de alta temporada e de manifestações culturais estabelecidas, correlacionando incremento populacional nestes períodos e suficiência de infraestrutura, com destaque para

mobilidade urbana, energia elétrica e saneamento e os conflitos relacionados às atividades turísticas e de lazer presentes na área, em especial aqueles envolvendo grupos socioambientalmente vulneráveis.

O retorno obtido das prefeituras respondentes (Cabo Frio, Niterói, Paraty, Bertioga, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Santos, São Sebastião e São Vicente) inaugura um primeiro e expressivo ponto de reflexão: *há uma modalidade de exploração de turismo que se sobrepuja às demais na área litorânea em estudo e às quais as gestões municipais insistem em se atrelar?*

Diante do fato de que as respostas traziam, unanimemente, informações genéricas sobre os principais atrativos naturais e culturais do município, reconhecidos tradicionalmente como pontos turísticos, em prejuízo das informações efetivamente solicitadas nos ofícios, é possível denotar que as gestões municipais se apegam a uma visão de turismo calcada no *veranismo*, ou seja, aquela em que a relação entre visitante e visitado se estabelece em bases de consumo e submissão e na qual a população socioeconomicamente fragilizada atua como detentora de subempregos nas redes de hotelaria e restaurantes e/ou atividades domésticas em domicílios de uso ocasional, favorecendo a concentração da renda auferida pelo turismo sob o controle de poucos indivíduos (Cf. Pólis, 2014, pp.7-8).

Optou-se, então, por iniciar este estudo pela apresentação de mais uma modalidade de turismo, além daquelas apresentadas anteriormente no EIA-RIMA, denominada *turismo de base comunitária*, essencial para que se compreenda demandas expressas por grupos socioambientalmente vulneráveis e populações tradicionais na busca pela inversão dos lugares sociais que a eles têm sido destinados na exploração da cadeia produtiva do turismo

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

A atividade turística tem sido foco central de novas propostas de desenvolvimento que visam ao estabelecimento de uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza, de uma forma mais racional e mais eficiente social e ambientalmente. Tanto pela dinâmica natural de deslocamento urbano para

espaços de natureza abundante, quanto pelo poder de resgate e manutenção cultural, interação e conservação ambiental, o turismo vem sendo tratado como uma das principais alternativas seja no âmbito social ou econômico, para promover o desenvolvimento de diversas localidades. Sabe-se que o turismo representa um dos maiores setores econômicos do mundo, no que se refere a faturamento e empregabilidade, movimentando mais de outros 50 setores em sua cadeia produtiva. Contudo, este cenário mostra que, ao mesmo tempo em que o turismo pode ser considerado um importante instrumento de promoção social, transformador de economias e sociedades, quando mal planejado e estruturado, pode gerar impactos socioambientais, econômicos e culturais irreversíveis. Na intenção de fomentar uma modalidade de turismo que se utiliza dos recursos naturais e culturais existentes nos lugares de forma sustentável, surge o turismo de base comunitária, que se diferencia do turismo convencional, chamado de massa, por priorizar a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais, e emergir como alternativa para que pequenas comunidades potencializem seus modos de produção e de organização e que estes possam ser compreendidos como atrativos turísticos que promovam oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores (ZAMIGNAN & SAMPAIO, 2010).

*“Não somente uma atividade econômica, o turismo é também uma prática social, que adquire dimensão espacial conforme pessoas circulam e se hospedam, temporariamente, nos lugares; objetos técnicos são construídos ou modernizados para atender aos turistas e espaços são apropriados em detrimento de outros usos, que não seja o turístico. Enquanto prática social e parte integrante do ciclo de reprodução do capital, que transforma o espaço em mercadoria e o insere no circuito da troca, o processo de turismo traz diferentes atores que agem com intensidades desiguais na transformação do espaço”* (CORREA, 2008, p. 253). O turismo de base comunitária surge, portanto, como uma modalidade que possibilita aos indivíduos geralmente excluídos de políticas públicas, não só a geração de trabalho e renda, mas também educação, saúde e habitação, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável.

Trata-se de uma nova vertente do turismo que atrai um perfil específico de turista. Nesta modalidade, o ativo para atrair turistas é o patrimônio comunitário,

ou seja, o conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo (BARTHOLO et al., 2009, p. 29). Por meio do patrimônio cultural, os grupos sociais tradicionais expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. No âmbito do debate sobre patrimônio e conservação se insere também a busca por formas alternativas de turismo, baseadas na noção de sustentabilidade e no paradigma do desenvolvimento com base local ou comunitária e na valorização das culturas locais, tradicionais e rurais (FERREIRA, 2013, p.2).

Para regiões que detêm um considerável número de unidades de conservação, como as da área deste estudo, o turismo de base comunitária pode atenuar o conflito que existe entre as regras restritivas de acesso aos recursos naturais para as populações que se identificam com o território protegido, *aquelas “populações que não são proprietárias de suas terras, mas detêm o seu uso tradicionalmente e mantêm relações de pertencimento identitário com elas”* (FERREIRA, 2013, p.11). Para tanto, é preciso criar e gerenciar, de forma participativa e democrática, soluções que integrem, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico local – principal demanda das comunidades socioambientalmente vulneráveis desta área de estudo – e a preservação do meio ambiente. *“Neste âmbito, o desenvolvimento do Turismo com Bases Comunitárias deve incentivar e fortalecer atividades decorrentes das cadeias produtivas presentes nestes ecossistemas protegidos. Há casos, em que parques tornaram-se fundamentais para a sobrevivência da atividade turística a partir de economias com bases conservacionistas. Pode-se incluir a agricultura, pautada nos modelos produtivos das agroflorestas, pesca, produção artesanal etc. O Ecoturismo, por exemplo, pode se associar a essas atividades, como um meio de fortalecimento do comércio local, na medida em que o turista se utiliza de serviços de guias ambientais, compra produtos locais, como pescados, artesanatos e outros. Todos frutos da produção local”.* (INSTITUTO POLIS, 2014, p. 8).

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, LAZER E CULTURA

### Nível Federal

#### • Programa Pontos de Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo relatou que o contrato com o Ministério da Cultura já foi executado, mas haverá abertura de novo edital para garantir a continuidade do programa. Em relação à área de estudo, fizeram parte do programa os seguintes municípios: Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe. Apenas a cidade de Mongaguá não foi contemplada. As cidades de Ubatuba e Guarujá implantaram 02 Pontos de Cultura, o município de Santos foi contemplado com 03 e os demais municípios receberam apenas 01 Ponto de Cultura cada.

A Secretaria do Estado da Cultura do Rio de Janeiro informou, através de contato telefônico e eletrônico que, dos municípios da área de estudo, apenas Mangaratiba não desenvolveu o programa. Nas demais, os Pontos de Cultura foram implantados e distribuídos da seguinte forma: o município do Rio de Janeiro recebeu 71 Pontos de Cultura, Niterói implantou 05, Cabo Frio foi contemplado com 03, Angra dos Reis com 02, Paraty com 04 e Itaguaí e Araruama como 01 Ponto de Cultura cada. Não houve informação se o contrato com o Ministério da Cultura está finalizado ou em vigência.

#### • Programa Praça dos Esportes e da Cultura

De acordo com informações cedidas pela Secretaria da Economia Criativa do Governo Federal, apenas o município de Maricá desenvolve este programa.

#### • Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Como se trata de um sistema que articula ações, sua esfera de atuação é ampla. Não foram encontrados registros dos municípios atendidos, pois perpassa os programas culturais que cada cidade desenvolve.

---

- **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.**

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) informou, por meio de contato telefônico, que o programa articula um conjunto de ações de políticas públicas, não existindo dados contabilizados sobre o número de comunidades atendidas nem o tipo de política executada.

### **Nível Estadual - Rio de Janeiro**

- **Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo)**

Por meio de consulta ao sítio eletrônico do programa ([www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)), foram identificadas as seguintes ações realizadas em cinco dos municípios que integram a área de estudos:

- Cabo Frio: revitalização do Centro Comercial e construção de um Centro Cultural.
- Paraty: drenagem do Centro Histórico, urbanização da Orla e do Cais dos Saveiros, modelagem de Gestão do Turismo.
- Rio de Janeiro: implantação de centros pilotos para os turistas; reforma de revestimentos, instalações e recuperação das fachadas do Museu da Imagem e do Som, planejamento e implantação de roteiros temáticos para estímulos a pequenos negócios voltados ao turismo, concepção e desenvolvimento do modelo de rede de atendimento ao turista, elaboração do 'Manual de Urbanização de Vilas Turísticas Históricas e Orlas' e ações diversas de fortalecimento na gestão empresarial da Economia Turística.
- Mangaratiba: Implantação de píer e criação de Centro de Atendimento ao Turista.
- Angra dos Reis: - Saneamento, drenagem e urbanização da Vila do Abraão, implantação do Parque Estadual da Ilha Grande e criação do 'Projeto de Incentivo à Formalização das Atividades Turísticas'.

## **Nível Estadual – São Paulo**

### **• Programa Melhor Viagem**

O Programa Melhor Viagem visa garantir aos idosos de São Paulo, com 60 anos ou mais, residentes em municípios do Estado com até 30 mil habitantes, o direito ao lazer por meio de viagens de turismo. Grupos organizados de idosos viajam com as despesas pagas por meio de parceria entre o governo do estado (diárias completas) e dos municípios (transporte). No momento, três destinos oferecidos encontram-se na área de estudo e estão com inscrições disponíveis: Caraguatatuba, Praia Grande e Itanhaém (Fonte: [www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br)).

### **• Programa Festival Gastronômico Sabor de São Paulo**

Este programa tem como objetivo fomentar, tornar público e perenizar produtos, matérias-primas e pratos típicos dos municípios de São Paulo. A 2ª Edição do Festival Gastronômico Sabor de São Paulo acontece de Dezembro de 2013 a Setembro de 2014, num total de 16 etapas, sendo 15 regionais e a grande final na Capital. Os municípios da área de estudo, para participação no referido festival, estão divididos em duas macrorregiões: Taubaté (que inclui os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela) e Santos (que inclui os municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Cubatão), segundo informações disponíveis em [www.sabordesaopaulo.com.br](http://www.sabordesaopaulo.com.br).

### **• Programa Roda São Paulo**

A partir de roteiros desenhados para se otimizar a visitação aos atrativos das cidades, é possível embarcar e desembarcar quantas vezes quiser, permanecendo nos pontos turísticos pelo tempo que desejar. Por exemplo: na edição da Baixada Santista, o turista pôde acordar em Santos, pegar um ônibus para o Guarujá, passar a manhã por lá e depois jantar em São Vicente. É uma iniciativa inédita no país, que ajuda a redistribuir as grandes concentrações de

turistas pelas cidades vizinhas a grandes eventos com um produto turístico de alta qualidade e baixo custo.

A temporada 2012/2013, que ocorreu de 21 de dezembro de 2012 a 17 de fevereiro de 2013, incluiu a Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), dividindo os passeios em quatro rotas: Bem Receber; Calor no Coração; Navegantes e Caminhos do Mar. Cada rota percorre diversos pontos e atrativos turísticos da cidade, como praias, museus, patrimônios históricos, zoológico, aquário, orquidário, etc (Fonte: [www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br)).

#### • Programa Turismo do Saber

O Programa Turismo do Saber é uma iniciativa da Secretaria de Turismo que visa proporcionar a crianças da rede pública de ensino a oportunidade de conhecer novos lugares dentro do Estado de São Paulo. Este programa, além de permitir uma vivência prática da atividade turística, tem um forte apelo de inclusão social por meio do turismo. E ainda, os alunos beneficiados atuarão como agentes na divulgação dos atrativos turísticos dos municípios visitados.

As cidade anfitriãs da edição de 2014 que integram a área de estudo são: Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, Bertioga, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Cubatão. (Fonte: [www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br))

#### • Programa Caminha São Paulo

Seu objetivo principal é a promoção dos atrativos turísticos dos municípios paulistas a partir do desenvolvimento de roteiros peregrinos, que podem ser cumpridos a pé ou de bicicleta, inspirados em rotas percorridas por personagens históricos que ajudaram a compor o rico passado paulista.

Na edição Passos dos Jesuítas, a rota contempla quase todos os municípios incluídos na parcela da área de estudo que está no estado de São Paulo: Peruíbe; Itanhaém; Mongaguá; Praia Grande; São Vicente; Santos; Guarujá; Bertioga; Cubatão; São Sebastião; Ilhabela; Caraguatatuba; Ubatuba. (Fonte: [www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br)).

## • Programa Onda Limpa

Segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Companhia de Saneamento básico do Estado de São Paulo (SABESP), o Programa Onda Limpa visa à despoluição de praias e à universalização do acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos em todos os municípios da Baixada Santista. As obras complementares do Programa, estimadas em R\$ 700 milhões, incluem a instalação de 260 quilômetros de redes coletoras, coletores tronco e linhas de recalque, além de 29 estações elevatórias, duas estações de acondicionamento de esgotos, 7 quilômetros de emissários terrestres e ampliação de 1,3 quilômetro de emissários submarinos, possibilitando 37 mil novas ligações domiciliares ao sistema de esgotamento. Ao todo serão beneficiadas 3 milhões de pessoas, entre população fixa e turistas das seguintes regiões: Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga. A segunda etapa do Programa está prevista para ser iniciada em 2015. Em relação aos municípios pertinentes à área de estudo, a SABESP detalha os investimentos para os seguintes:

- Praia Grande: serão destinados R\$ 119,7 milhões à Praia Grande. Após as intervenções, o município passará a contar com novos 99 km de redes coletoras, 2,1 km de coletores tronco, mais 14 mil ligações domiciliares de esgoto, 12 estações elevatórias (bombeamento), 2,6 km em linhas de recalque, além de duas estações de acondicionamento de esgotos. Aproximadamente 335 mil pessoas serão diretamente beneficiadas.
- Mongaguá – Receberá 9,2 km de redes coletoras, 316 metros de linhas de recalque, 1054 ligações domiciliares de esgoto e uma estação elevatória (bombeamento). As obras estão avaliadas em R\$ 10,28 milhões, para benefício direto a uma população de 25 mil pessoas, entre turistas e habitantes.
- Itanhaém – Na cidade serão aplicados R\$ 101,95 milhões para implantação de 84,4 km de redes coletoras, 2,8 km de coletores tronco, execução de 9471 ligações domiciliares, oito estações elevatórias (bombeamento) e 2,1 km em linhas de recalque. Estima-se que esses benefícios abrangerão, entre população fixa e flutuante, 215 mil pessoas.

Ainda que o programa esteja dispendendo recursos bastante consideráveis, os comunitários ouvidos no Diagnóstico Participativo do PEA-SP (PETROBRAS/WALM, 2012) criticaram a iniciativa alegando que o planejamento atual da empresa não contempla a expansão dos serviços de saneamento básico para as comunidades mais isoladas devido ao alto custo do uso de tecnologias alternativas.

### **REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (RIO DE JANEIRO, NITERÓI, MARICÁ E ITAGUAÍ)**

Nesta região, cumpre diferenciar os municípios do Rio de Janeiro e Niterói dos municípios de Maricá e Itaguaí. Os primeiros, capitaneados pela atratividade do Rio de Janeiro como principal cartão-postal do turismo brasileiro aos olhos estrangeiros, estão inseridos em uma lógica de exploração do turismo baseada na mescla das vertentes lazer, cultura, negócios. Documento elaborado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro aponta que a cidade do Rio de Janeiro recebeu 18% dos eventos internacionais realizados no Brasil no ano de 2010 (Governo do Estado do Rio de Janeiro/SETUR, s/d). Niterói caminha à reboque do Rio de Janeiro, como demonstra FERREIRA (2002, s/n): “(...) o turismo em Niterói ocorre de forma diferenciada em relação à cidade do Rio de Janeiro. Os turistas que vão à Niterói não ficam mais que um dia. Geralmente são turistas que se hospedam no Rio e vão conhecer o outro lado da baía. Poderíamos chamar a esse tipo de turismo de “fast tour”. No caso destes dois municípios, os conflitos relacionados às atividades turísticas tendem a se desenvolver em termos sindicais, no que diz respeito aos trabalhadores do setor, e da população frente ao poder público, no que tange às pressões sobre equipamentos públicos e processos de gentrificação (como os vistos recentemente na reforma do Maracanã para a Copa do Mundo).

A Baía de Guanabara, que comporta Rio de Janeiro e Niterói, exerce grande importância para os cidadãos fluminenses, tanto no âmbito econômico como no de lazer. Isto pode ser visto ao observarmos as diversas atividades exercidas na baía, como por exemplo, esportes, pesca, atividades turísticas, transporte, etc. No âmbito esportivo podemos destacar canoagem havaiana, vela, pesca esportiva, pesca submarina, canoagem, remo olímpico, entre outros. No âmbito das

atividades turísticas podemos destacar os cruzeiros que aportam na zona portuária, passeios em iates, traineiras e saveiros e também o uso da paisagem da Baía de Guanabara como cartão postal. Em relação ao transporte podemos destacar o uso das barcas e catamarãs, os quais auxiliam no deslocamento diário entre Niterói e Rio de Janeiro. Além destas, devemos destacar atividades relativas ao comércio (restaurantes e bares no seu entorno) e logística entre os portos de diversas cidades do mundo, visto que o Rio de Janeiro tem grande importância no escoamento da produção brasileira e também no recebimento de produtos (OLIVEIRA, 2013). Não obstante, as atividades de turismo enfrentam conflito com a presença das instalações industriais, uma vez que o comprometimento da qualidade ambiental da Baía de Guanabara repercute sobre essas atividades, tornando a região menos atrativa. Finalmente, deve-se destacar a expansão e adensamento populacional, com conseqüente valorização imobiliária, por um lado, e ampliação de aglomerados subnormais, por outro (MINERAL/PETROBRAS, 2013).

A Baía de Sepetiba localiza-se a meio caminho entre a região de Angra dos Reis e o município do Rio de Janeiro, dois dos principais destinos indutores de desenvolvimento do turismo regional, entre os 65 identificados pelo Ministério do Turismo em 2009. Beneficia-se diretamente do turismo, configurando um destino secundário incentivado pelo seu potencial paisagístico: as ilhas da Madeira, Martins e Jaguanum, parte da ilha de Itacuruçá e três cachoeiras: Mazomba, Itimirim e Bicão. Além das praias de Coroa Grande, Itacuruçá, Muriqui, Ibicuí, Sahy, Praia Grande, entre outras.

Os condicionantes fisiográficos gerais distintos entre o extremo oeste e o extremo leste da Baía de Sepetiba acabaram por colaborar na formação de perfis socioeconômicos também distintos entre essas regiões. Limitada pela Serra do Mar e com condicionantes sérios para a ocupação do espaço, a região de Angra dos Reis, a oeste, se desenvolveu voltada para o mar e para o turismo. Ocupando uma posição estrategicamente importante nos 450 km de costa navegável entre o Porto de Santos e Cabo Frio, ali se encontra a maior concentração de empreendimentos turísticos do Brasil e a da costa do Atlântico Sul. Essa região se caracteriza por condomínios de luxo, marinas, pequenas cidades turísticas, balneários e resorts, recebendo um fluxo internacional de turistas, com

rebatimentos na Baía de Sepetiba. Contrastando com o tipo de desenvolvimento observado no setor oeste da Baía de Sepetiba, a região mais a leste teve o seu processo de desenvolvimento atrelado à expansão urbanoindustrial da metrópole do Rio de Janeiro e, desde a segunda metade do século XX, consolidou sua imagem como uma região de grandes problemas sociais e de violência urbana, que perdura até hoje.

O processo de industrialização da região da Baía de Sepetiba se intensificou nos anos 1970, mediante a criação da Zona Industrial de Santa Cruz, e atingiu seu ápice em 2010, com a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, recentemente turbinada pelo aporte da TyssenKrupp, gerando a siderúrgica TKCSA, instalada no bairro Santa Cruz, município do Rio de Janeiro. Este bairro, juntamente com seus vizinhos Sepetiba e Pedra de Guaratiba, também pertencentes ao município do Rio de Janeiro, e o município de Itaguaí sofrem forte impacto de grandes empreendimentos como a TKCSA. Tais impactos incidem diretamente sobre a qualidade ambiental e sobre a pesca: *“Os impactos gerados pela obra são decorrentes principalmente da dragagem do fundo da baía para a construção do acesso ao terminal marítimo, destinado ao escoamento da produção siderúrgica, além da destinação final da lama retirada. (...) há indícios de que tenha ocorrido desmatamento ilegal de áreas de manguezal para a implantação da infraestrutura de transporte terrestre da usina. Já os impactos causados por sua operação industrial são decorrentes principalmente da poluição atmosférica e das áreas de exclusão de pesca”* (Relatório Parcial do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio–Litoral Sul Fluminense, PETROBRAS/Mineral Engenharia e Meio Ambiente). Em um movimento aparentemente contraditório, os efeitos desses impactos sobre a atividade da pesca contribuem para o incremento do turismo, visto que empurram os pescadores em busca de outras ocupações geradoras de renda, como é o caso das atividades turísticas (OLIVEIRA et al., 2011, p.10), enquanto que, ao mesmo tempo, os impactos sobre a qualidade ambiental da região configuram ameaça à atratividade da região para fins de turismo.

A instalação de grandes empreendimentos no município de Itaguaí remonta aos anos 1950, com a instalação da “fábrica de zinco Ingá Mercantil que, falida e abandonada, deixou um passivo ambiental de dejetos químicos que até hoje

causa graves problemas ambientais” (ALCANTARA & TANGARI, 2013, p.7). Ainda nos anos 2010, foram instalados o Porto de Itaguaí, que abriga algumas atividades relativas à cadeia de petróleo e gás, e a NUCLEP, que produz materiais termonucleares para a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

De acordo com os comunitários das localidades integrantes do Diagnóstico Participativo, PEA-Litoral Sul Fluminense (PETROBRAS/MINERAL, 2014), o alto número de empreendimentos e obras públicas instalados e em instalação no município geram impactos ambientais sinérgicos, afetando tanto o turismo como a pesca artesanal e a qualidade de vida da população local. Entre esses impactos, foram destacados o prejuízo à saúde ocasionado pelo aumento de poluição atmosférica, os efeitos deletérios sobre a paisagem e a beleza natural, o aumento das áreas de exclusão de pesca, a contaminação do pescado, o abalo da estrutura das residências e a desapropriação de áreas tradicionais das comunidades. Envolvidos com esses problemas foram citados os empreiteiros, a prefeitura municipal, o DNIT e os órgãos estaduais e federais de fiscalização de obras. Além disso, a instalação de empreendimentos terrestres de empresas tais como a MMX, Coroa Grande, CSN e Usiminas, sem a devida fiscalização e acompanhamento, estaria gerando a degradação das áreas de mangue do município.

Aliado ao processo de implantação de grandes empreendimentos, o aumento das atividades portuárias contribuiria para o aumento da poluição visual, prejudicando o turismo na região. Esse impacto visual efetivo denota um verdadeiro conflito de vocações na região, entre atividades de pesca, de turismo, portuárias e de petróleo e gás. Os grupos sociais/comunitários de Itaguaí reconheceram que as belezas naturais de seus territórios constituem um ativo que não pode ser negligenciado, quer se considere a manutenção de sua qualidade de vida - ou seja, um sentido de fruição de um ambiente considerado adequado -, quer a possibilidade de sua exploração por meio de atividades ligadas ao turismo (seja ele convencional, de base comunitária ou ecoturismo). Entre elas, destacaram a possibilidade dos pescadores atuarem no transporte de turistas (Diagnóstico Participativo, PEA-Litoral Sul Fluminense, PETROBRAS/MINERAL, 2014).

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Atividade de Perfuração Marítima na Área Geográfica Bacia de Santos (PETROBRAS/ICF, 2006), boa parte das praias localizadas na Baía de Sepetiba não oferece condições adequadas de uso recreativo em decorrência do efeitos da predominância industrial em seu território. A localidade mais estruturada em Itaguaí é o bairro de Coroa Grande, que concentra a afluência de veranistas cujo perfil socioeconômico é de renda média a baixa, provenientes da Baixada Fluminense.

De acordo com o Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-Bacia de Campos, produzido pela (PETROBRAS/SOMA, 2013), o município de Maricá tem como característica uma ocupação flutuante orientada pela busca de segunda moradia permanente, sobretudo pelos estratos da sociedade que apresentam dificuldades econômicas para residir em regiões mais centrais da capital, processo evidenciado pelo crescente número de trabalhadores realizando movimentos pendulares de curta distância para a capital. Sazonalmente, também se destaca em Maricá a segunda moradia com o propósito de lazer – utilizado durante finais de semana e veraneio – para aqueles estratos da sociedade em melhores condições financeiras. Contudo, esta vocação tradicional do turismo efetivada por meio de veranistas proprietários de casas/sítios e focado em agroturismo (hotéis-fazenda) tem sido ameaçada e é ao mesmo tempo uma ameaça. Explique-se: o segmento turístico teme que a instalação de grandes empreendimentos previstos para o município em função de sua proximidade com o COMPERJ altere significativamente a paisagem natural e a qualidade ambiental, desqualificando o capital turístico do município. LOUREIRO et al. (2010, p.1) ratificam a importância deste empreendimento: *“O contexto regional é marcado pelo dinamismo econômico promovido pela instalação do Complexo Petroquímico de Rio de Janeiro – COMPERJ no município de Itaboraí, ao norte de Maricá. Todo o Leste Metropolitano está envolvido com este empreendimento da Petrobras que trará profundas transformações na economia, sobretudo no setor industrial, e no fluxo populacional nos próximos vinte anos. A nova inserção de Maricá no estado ocorre pela sua posição estratégica, entre o grande empreendimento e o litoral”*.

O "Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-Bacia de Campos", produzido pela Soma Desenvolvimento e Meio Ambiente em setembro de 2013

para a Petrobras, evidenciou que os impactos temidos em Maricá e que se relacionam diretamente à cadeia produtiva de petróleo e gás referem-se ao macrotema "espaço marítimo". De acordo com os grupos participantes, há um risco generalizado de poluição das águas, em virtude das instalações do Comperj e do Terminal da Ponta Negra (também chamado pelos locais de Porto Jaconé). CARVALHO (2011, s/n) afirma que *“com esta obra fica garantida uma considerável destruição de ecossistemas de restinga e de parte da bela Praia de Jaconé, além da descaracterização da paisagem do pontão rochoso contíguo ao local e também a poluição e a alteração de águas marinhas fundamentais à manutenção da biodiversidade, da pesca e do turismo”*.

Por outro lado, a própria expansão de empreendimentos da cadeia produtiva do turismo também compromete a integridade ambiental do município. Segundo CARVALHO (op.cit.), houve uma solicitação de licenciamento no INEA, por parte de um grupo espanhol, para a instalação de um resort na APA da Restinga de Maricá, parte dela ocupada, há mais de dois séculos, pela comunidade de pescadores denominada Zacarias (LOUREIRO et al., op.cit. p.5). Ainda que o projeto não tenha seguido adiante, por esbarrar frontalmente com as normativas ambientais do município, teme-se que outras propostas do gênero tornem-se recorrentes em Maricá, sobretudo para garantir a infraestrutura necessária ao turismo de negócios caso sejam instalados, de fato, os grandes empreendimentos previstos.

Ainda que pareça haver uma inversão na vocação econômica do município – grandes empreendimentos em detrimento do turismo de lazer, os pescadores participantes do Diagnóstico do PEA-Bacia de Campos (Petrobras/Soma, op.cit.) identificaram potencialidades relacionadas ao turismo, como a venda de artesanatos na comunidade Zacarias e a venda de pescado (in natura e frito) nas comunidades Ponta Negra e Itaipuaçu. Nestes casos, a organização destas atividades sob as premissas do turismo de base comunitária, fortaleceria a autonomia dos pescadores e suas famílias no controle da exploração turística, que tendem por ora, a ficar sob domínio de grupos empresariais interessados na junção entre turismo de negócios (capitaneado pelo incremento de grandes empreendimentos), turismo cultural tradicional (visita a pontos de referência do

patrimônio histórico-cultural) e turismo de veraneio (baseado na vocação balneária e na paisagem natural).

### **MICRORREGIÃO DOS LAGOS (CABO FRIO, ARARUAMA E SAQUAREMA)**

De acordo com VOIVODIC (2007, p. 131), “Cabo Frio possui aproximadamente 51 quilômetros de orla, sem considerar as ilhas costeiras, onde há um predomínio de praias arenosas de grande beleza cênica. Em função disso, o Município de Cabo Frio possui uma posição de destaque na Costa do Sol – que inclui a Região dos Lagos, maior região turística fora da capital do Estado do Rio de Janeiro. A sua orla apresenta, em toda a extensão linear, expressiva e crescente urbanização, com características de ocupação formal (loteamentos planejados) e ocupações irregulares”.

Segundo o Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-Bacia de Campos (PETROBRAS/SOMA, 2013), o processo de ocupação, fracionamento e especulação imobiliária em Cabo Frio e Região dos Lagos encontra-se, de forma mais proeminente após a década de 1970, orientado pelo modelo de desenvolvimento do turismo e da ocupação de segunda residência, que substituiu a economia do sal nos territórios de Cabo Frio e Araruama e as culturas de laranja, limão e açúcar no município de Saquarema. O estabelecimento e expansão de uma rede hoteleira e de habitações de veraneio na região geraram um aumento considerável da população residente e, principalmente, de população flutuante. VOIVODIC (op.cit. p.141) afirma que o poder público municipal de Cabo Frio estima uma oscilação populacional da ordem de cerca de 500% entre população residente e população flutuante. Quanto à população residente, percebe-se um aumento gerado pelo estabelecimento de trabalhadores ligados às atividades de petróleo e gás desenvolvidas em Macaé, município já conurbado a Cabo Frio (PETROBRAS/SOMA, op.cit.)

Ainda de acordo com PETROBRAS/SOMA (op.cit.), o turismo como indústria e atividade relevante para o município de Cabo Frio começa a se estabelecer a partir do final da década de 1950 mas somente no final da década de 1970 assume definitivamente o papel de destaque como a principal atividade econômica. Esse momento histórico se associa à construção da Ponte Rio-Niterói

e à abertura de rodovias estaduais que facilitam o acesso a toda a Microrregião dos Lagos. A facilidade de acesso e a disponibilidade de terras, associados às especificidades de Cabo Frio para o veraneio, moldaram um cenário bastante atrativo para as atividades imobiliárias do município. Na esteira desse vetor, deu-se o desenvolvimento econômico em algumas áreas correspondentes, como a construção civil e o mercado de roupas de praia, que atualmente movimenta cerca de 5.500 empregos. O público-alvo do Diagnóstico Participativo do PEA-Bacia de Campos, composto por moradores urbanos e quilombolas, apontou como um dos mais significativos motivadores de conflitos no município a ação especulativa do mercado imobiliário em função das atividades turísticas PETROBRAS/SOMA (op.cit.).

Araruama e Saquarema também se configuram como municípios de vocação turística, porém com características diferenciadas. Em Araruama, as atividades turísticas estão centradas no veranismo de segunda residência, modalidade de turismo estimulada a partir das décadas de 1960 e 1970 pela liberação de loteamentos e condomínios em regiões anteriormente ligadas à exploração do sal na Lagoa de Araruama.

Os pescadores de águas interiores de Araruama, integrantes do Diagnóstico Participativo do PEA-Bacia de Campos, apontaram como um dos conflitos ligados à dinâmica do turismo no município a disputa pelo ordenamento do espaço aquático lagunar, já que consideram que os esportes náuticos ali praticados prejudicam a atividade pesqueira. Outra preocupação dos pescadores é com a degradação ambiental da lagoa que, segundo relatam, vem se intensificando devido aos dejetos domésticos descartados pelos turistas no corpo d'água (PETROBRAS/SOMA, op.cit.)

A alcunha de “capital do surfe” atribuída ao município de Saquarema já evoca a sua inclinação turística embora, segundo TOLEDO & SILVA (2009, p.7), o público jovem atraído por este esporte seja minoritário em relação ao público do veranismo. A qualidade cênica da paisagem e a diversidade dos atributos naturais disponíveis compõem o ativo turístico da cidade. A Lagoa de Saquarema, a Restinga e Área de Proteção Ambiental de Massambaba, a Serra do Tingui, a Serra do Matogrosso e muitas praias oceânicas oferecem aos turistas variadas opções de lazer.

Saquarema é considerada município da área de influência expandida do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em fase de instalação no município de Itaboraí (65 km de distância). Esse empreendimento tende a impulsionar, em alguma medida, iniciativas como a do Polo Industrial de Saquarema, que congrega cerca de 25 empresas de médio e grande porte (PETROBRAS/SOMA, op.cit.). Diante desta perspectiva, é possível antever futuros conflitos relativos à manutenção do ativo turístico relacionado à qualidade cênica, tal como vem ocorrendo na Baía de Sepetiba, por exemplo, além do aprofundamento de problemas apontados pelos pescadores de águas interiores durante o Diagnóstico Participativo como o crescimento populacional desordenado e a poluição da Lagoa de Saquarema.

### **COSTA VERDE (MANGARATIBA, PARATY E ANGRA DOS REIS)**

A Costa Verde é uma região litorânea, próxima a Serra do Mar, com inúmeros atrativos cênicos e naturais, como cachoeiras, belas praias e uma infinidade de ilhas. Ela engloba Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, municípios que se localizam nas Baías de Sepetiba e Ilha Grande.

Angra dos Reis é formada por 365 ilhas e mais de mil praias – das quais cerca de 50 situam-se na sua porção continental. O grande atrativo é o conjunto de ilhas, dentre as quais destacam-se a Ilha Grande e a Ilha da Gipóia. O território continental, voltado para o mar, possui condomínios de luxo com várias baías, enseadas e ilhas e praias tranquilas, embora muitas destas últimas estejam poluídas, o que impede sua balneabilidade. O município conta com mais de 15 marinas e clubes náuticos e cerca de 16 operadoras de mergulho. O litoral do município de Angra dos Reis possui dezenas de baías, pequenas enseadas, ilhas e costões rochosos, e oferece turismo náutico, com passeios de barco e veleiros pela baía e para as ilhas. Sua orla conta com 52 praias, sendo que quase 60% destas não possuem acesso direto terrestre. Uma das atrações mais importantes de Angra dos Reis é a Ilha Grande, localizada entre o extremo oeste da Restinga de Marambaia e a Ponta da Joatinga em uma área total de aproximadamente 174km<sup>2</sup>, contando com cerca de 25 praias e constituída por diversas Unidades de Conservação. Constitui-se em uma área de grande potencial turístico de Angra

dos Reis, principalmente para o ecoturismo (PETROBRAS/ICF, 2006; PETROBRAS/MINERAL, 2014).

A pesca industrial é expressiva em Angra dos Reis, que é considerada o maior produtor nacional de sardinha. Já a pesca artesanal está mais relacionada com a segurança alimentar das populações, sendo comercializado apenas o excedente. Da mesma forma, há ocorrência de agricultura somente em núcleos rurais, voltada para o autoconsumo. A indústria náutica movimentava significativamente a economia do município, através do comércio de peças e mão-de-obra para iates, lanchas e demais embarcações de passeio, atividades condizentes com o turismo de alto padrão praticado sobretudo nas ilhas. Segundo CORREA (2008, pp.255-256), em Angra dos Reis *“a natureza é o elemento central do turismo que se desenvolve. Este se apropria dos espaços através da criação de um valor simbólico, assinalado pela valorização da natureza que passa a ser oferecida aos que tem condições de consumi-la” (...)* No caso de Angra dos Reis a valorização de sua exuberância natural é orientada por um planejamento, de início totalmente permissivo aos interesses dos especuladores imobiliários (...). Assim, este direcionamento da atividade turística em Angra dos Reis relega aos moradores locais, mormente os que exibem traços de vulnerabilidade socioambiental, atividades de baixa remuneração e de subjugação ao cliente-turista. Muitos moradores locais, incluindo familiares de pescadores artesanais, trabalham em condomínios fechados e são caseiros de veranistas. Outra atividade que garante aos pescadores uma segunda fonte de renda é o transporte de turistas pelas praias das ilhas.

As comunidades que participaram do Diagnóstico Participativo para o PEA-Rio em Angra dos Reis relataram alguns conflitos bastante objetivos relacionados a atividades da cadeia de petróleo e gás, como o impacto sobre a paisagem natural e a existência de resíduos gerados pelas plataformas da Petrobras. Especialmente as comunidades de pescadores de comunidades da Ilha Grande indicaram que a presença física da Petrobras na paisagem natural, por meio de rebocadores, plataformas e outras instalações, prejudica a qualidade de vida dos moradores e a atratividade turística. De fato, há um conflito de vocações instaurado: atividades portuárias/cadeia de petróleo e gás X turismo e conservação.

Todas as comunidades diagnosticadas em Angra dos Reis, incluindo as continentais, destacaram como primeira das suas potencialidades a exuberância do meio natural que as circunda. Praias, mar, vegetação, cachoeiras, manguezais, montanhas, entre outros, são apontadas pelos comunitários como potencialidades positivas para a qualidade de suas vidas e para a exploração de atividades como o turismo convencional e o ecoturismo. Apesar dos impactos negativos que o turismo desordenado pode causar nas comunidades, explorar o ambiente físico parece ser, para os comunitários, uma fonte alternativa de renda que supra as perdas relacionadas às limitações impostas à pesca artesanal, como se viu nos itens anteriores (PETROBRAS/MINERAL, 2014).

A cidade de Paraty está localizada na divisa com o estado de São Paulo e é considerada um importante centro histórico nacional. Em sua orla encontramos cerca de 41 praias, enseadas e ilhas. Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população flutuante multiplica-se por 3 vezes em relação à população residente. A Vila de Trindade é uma das localidades mais procuradas por turistas, pois abriga as melhores praias de mar aberto e piscinas naturais.

A atratividade turística de Paraty, desenvolvida em torno da exuberância dos recursos naturais e do patrimônio histórico-cultural, atrai prioritariamente turistas de alto poder aquisitivo. Além disso, atrai a instalação de empreendimentos econômicos de residências e de condomínios de alto luxo em partes do território municipal, muitas vezes de maneira irregular, destrói o habitat de espécies nativas e contribui para o aumento da poluição das águas, pois seus esgotos são direcionados sem tratamento para os rios e para o mar. Empreendimentos como Condomínio Praia Brava, Condomínio Laranjeiras, Condomínio da Tapera e Empreendimento (Fazenda) São Gonçalo, instalados em praias e áreas de uso tradicional, impedem o acesso dos pescadores artesanais e dos comunitários, dificultando a circulação, o transporte e o acesso ao mar (PETROBRAS/MINERAL, 2014). Caso emblemático do conflito em torno do uso e ocupação do solo que se desenrola em Paraty opondo grandes condomínios de turismo de segunda residência e os moradores locais é a pressão que os habitantes da Vila de Trindade sofreram durante os anos 1970 para abandonar suas terras. A empresa multinacional de incorporação imobiliária e construção

civil acabou por construir o Condomínio Laranjeiras, na comunidade ao lado da vila Trindade (OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Os moradores das comunidades vulneráveis assinalaram, durante o processo de Diagnóstico Participativo, alguns outros conflitos e problemas relacionados ao turismo que evidenciam a disputa pelo território marítimo. As escunas usadas para transportar os turistas não respeitam as embarcações pequenas no tráfego náutico (e.g., canoas de pescadores artesanais) e são concorrentes desleais dos barcos pequenos utilizados pelos pescadores para o transporte de turistas. As empresas de turismo e as escunas também foram associadas à forte presença de pesca esportiva predatória na região. As empresas de mergulho da região conduzem turistas para a pescaria esportiva em mergulhos noturnos, o que traz prejuízos para a pesca artesanal, já que as potentes lanternas utilizadas espantariam o pescado. A exemplo dos demais, esse conflito também envolve as diferentes formas de uso do espaço marítimo e articula diversos atores: empresas de turismo, proprietários de escunas, pescadores artesanais e órgãos de fiscalização (IBAMA e Capitania dos Portos).

Entretanto, os comunitários não hostilizam todo e qualquer tipo de atividade turística; ao contrário, reconhecem que os recursos naturais de que seu habitat dispõem – pescado e beleza cênica - podem conciliar-se desde que alterado o modelo de exploração do turismo. Os *recursos pesqueiros* e a *identidade caiçara* foram reconhecidos como potencialidades locais pelos grupos sociais/comunitários diagnosticados. Os pescadores artesanais consideram que os recursos pesqueiros disponíveis, apesar de ameaçados, têm o potencial para a manutenção de seu modo de vida, assentado na pesca, na agricultura e, mais recentemente, no turismo. Para eles, a identidade e a cultura caiçaras locais estão associadas à consciência ecológica, uma vez que se relacionam com um modo de vida tradicionalmente sustentável. Nesse sentido, os comunitários apontaram como oportunidade para o *desenvolvimento sustentável* a valorização do pescado local, atualmente em competição com peixes exóticos e com a pesca industrial.

Praias, mar, vegetação, cachoeiras, manguezais, montanhas, entre outras, foram apontadas pelos comunitários como potencialidades positivas para a qualidade de suas vidas e para a exploração de atividades como o turismo

convencional, o turismo de base comunitária e o ecoturismo. Quase a totalidade dos grupos sociais/comunitários reconheceu a importância de *implementação de empreendimentos voltados para o setor turístico geridos pelos próprios comunitários* ou do *aumento da oferta de postos de trabalho em pousadas e restaurantes de propriedade de não-comunitários* para a sustentabilidade da economia local

Essas duas vocações - a turística e a pesqueira - foram diretamente associadas à *manutenção de um modo de vida socioambientalmente sustentável* no território do município. Os comunitários disseram já empregar *formas sustentáveis de subsistência*, como maricultura comunitária, cooperativas de reciclagem, sistemas agroflorestais e permacultura. De acordo com eles, esse tipo de atividade poderia ser incentivado, pois possui baixo impacto ambiental e contribui para a permanência no território tradicional. Essa potencialidade foi identificada tanto por comunidades de pesca artesanal como pelas comunidades quilombolas que fizeram parte do diagnóstico. O Quilombo do Campinho, em Paraty, tem desenvolvido uma modalidade de turismo de base comunitária em seu território que também pode ser denominado 'turismo étnico'. Segundo LIMA (2008, pp. 4-5), *“o projeto pretende ser sustentável e serve como fonte de renda para aqueles que participam como guias ou como contadores de histórias, para os que fazem a apresentação cultural do jongo, ou que preparam o almoço, a “comida da roça” para os turistas. Dentre outras ações, foi formulado um roteiro cultural, em que um grupo de turistas, notadamente estrangeiros, compra o “pacote” oferecido. Estes têm oportunidade de seguir por uma trilha ecológica, de cerca de duas horas; de conhecer a casa de farinha comunitária; o espaço localizado no centro social da comunidade, em que fica a Associação de Moradores, a igreja católica, a escola primária, a casa de venda de artesanato e o posto de saúde, onde acontecem as apresentações culturais, como a dança do jongo, e onde os turistas apreciam a “culinária quilombola”; e de ouvir os griôs [na tradição africana, membros mais velhos de um grupo social que são sábios contadores de história e mantém viva a memória social coletiva]”*.

Para os grupos sociais/comunitários de Paraty, um óbice ao desenvolvimento e ampliação do turismo de base comunitária é a manutenção de restrições ao uso das unidades de conservação de proteção integral. A recategorização de algumas

das unidades de conservação do município, como a Estação Ecológica Tamoios, processo atualmente em discussão, poderia contribuir para a manutenção e para o desenvolvimento dos territórios tradicionais, sobretudo se elas vierem a se tornar Reservas de Desenvolvimento Sustentável (PETROBRAS/MINERAL, 2014).

Vale ressaltar que o Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía de Ilha Grande (SEA, FEEMA, IEF e FAO, s/d, p. 18) prevê um *“modelo de turismo que promove oportunidades econômicas e colabora para a proteção do patrimônio cultural e ambiental e para a melhoria da qualidade de vida. Através desse projeto, se pretende atender uma crescente demanda por experiências turísticas ligadas à natureza: turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, visitação a unidades de conservação”*.

Em Mangaratiba, assim como ocorreu nos demais municípios do Diagnóstico Participativo nas Baías de Sepetiba e Ilha Grande, todas as comunidades ouvidas apontaram a riqueza do meio físico como ativo socioambiental de extrema importância, não só para a qualidade de vida dos moradores, mas para exploração de atividades turísticas. Na Ilha de Itacuruçá, os comunitários manifestaram a intenção de instalar empreendimentos voltados ao turismo que fossem geridos por eles mesmos, além de não descartarem os postos de trabalho em pousadas e restaurantes de propriedade de não-comunitários.

A Restinga da Marambaia é uma área pertencente às Forças Armadas para visita-la é preciso pedir autorização. Trata-se de uma imensa faixa de areia e recifes que possui aproximadamente 50 km de extensão. A Ilha da Marambaia, território tradicional quilombola (ainda em processo de reconhecimento oficial), também encontra-se submetida ao controle das Forças Armadas, mais especificamente da Marinha do Brasil, o que impede que a comunidade quilombola possa desenvolver projetos de turismo com autonomia.

Na região da Costa Verde, o espaço marítimo, principalmente em sua porção costeira, encontra-se bastante saturado pela coexistência de atividades econômicas díspares – turismo, pesca artesanal, pesca industrial, atividades portuárias e cadeia de produção de petróleo e gás – que concorrem pelo predomínio como vocação principal desse espaço. Os espaços terrestres, por sua

vez, encontram-se dominados pela especulação imobiliária que se alimenta do turismo de alto padrão.

Os grupos de pescadores artesanais constituem o elo mais vulnerável nessa disputa. Sua atividade vem sendo pressionada não só pela concorrência direta das demais – casos do turismo e da pesca industrial -, como também pelos impactos gerados pelas atividades industriais de grande porte, tais como as atividades portuárias ou as atividades relacionadas à cadeia de petróleo e gás. O turismo de base comunitária (ecológico-sustentável-étnico-cultural) e a gestão compartilhada dos recursos, especialmente aqueles das unidades de conservação, parecem surgir como a possibilidade de que os grupos sociais ambientalmente vulneráveis da Costa Verde possam produzir novas formas de geração de renda e autonomia da vida, valorizando a sua vocação para o desenvolvimento sustentável, em detrimento das atividades ligadas aos setores industriais.

#### **LITORAL NORTE (UBATUBA, CARAGUATATUBA, ILHABELA E SÃO SEBASTIÃO)**

Em todo o litoral norte do estado de São Paulo, o turismo é um vetor significativo que surge atrelado à implantação e pavimentação das rodovias a partir das décadas de 50 e 60. A abertura de estradas e a valorização da praia como destino de lazer são propulsores da criação de destinos turísticos ao longo da costa. O uso turístico da região, no caso de todos os municípios, se dá como agente desencadeador dos processos de urbanização.

Decorrente de um processo de urbanização turística atrelada a investimentos especulativos e imobiliários, o principal fenômeno observado no litoral norte é o da proliferação das residências secundárias, evidenciado pelo alto percentual de domicílios de uso ocasional nos quatro municípios da região. O corolário dessa opção de uso e ocupação do solo é a espoliação de grande número de territórios caiçaras e a consequente perda de acessos às praias e costeiras, além de assoreamentos e desmatamentos.

De uma forma geral, observa-se que entre a BR-101 e o oceano, na faixa da orla marítima, localizam-se os condomínios, loteamentos e casas de veraneio, e entre a rodovia e a Serra do Mar, nos chamados sertões, estão as populações

tradicionais que perderam as terras na beira da praia, imigrantes e turistas de menor poder aquisitivo.

Os grupos quilombolas sofreram significativos impactos relacionados à urbanização turística, tendo um histórico de disputa pelo território e conflitos com condomínios e pessoas de fora da comunidade que acabaram se apropriando de suas terras. São diversos os atores sociais e os interesses sobre o mesmo território, o que gera uma série de conflitos. Também são diversos os vetores de pressão sobre o patrimônio cultural (representado pelas populações tradicionais) e sobre o patrimônio natural (representado, principalmente, pelas unidades de conservação).

A gestão do território, aqui entendida como um processo de mediação de interesses e conflitos é fundamental para garantir a sustentabilidade da região. É explícita a complexidade da gestão ambiental no litoral norte em razão da presença simultânea de diversos fatores, como o turismo, a conservação da natureza, as atividades portuárias e da indústria petrolífera e a atuação da pesca industrial. Os problemas socioambientais identificados junto às comunidades estão associados, na maioria dos casos, a conflitos. Dentre os problemas socioambientais que extrapolam os limites dos municípios alguns estão diretamente relacionados à cadeia de petróleo e gás; outros não. Aqueles não relacionados ao petróleo e gás estão associados às unidades de conservação, sobretudo aos parques estaduais, ao turismo e aos órgãos ambientais.

De acordo com o diagnóstico participativo do PEA SP – Litoral Norte, os conflitos identificados entre os pescadores artesanais, caiçaras e agricultores e a atividade turística, decorrem da disputa pelos espaços e dos impactos causados à natureza e à população local, como a poluição de rios e do mar por esgotos de condomínios, casas de veraneio e outros empreendimentos ligados ao turismo.

A perda dos espaços necessários para a realização da atividade econômica, principalmente a pesca, impacta diretamente a economia dos caiçaras e assim identifica-se o conflito entre eles e os turistas, condomínios, marinas, ecoresorts e empreendimentos turísticos em geral.

As maiores preocupações relatadas pelas populações tradicionais durante o diagnóstico participativo do PEA SP – Litoral Norte, foram com a falta de coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo que acabam poluindo as praias e rios. Além

dos problemas de saúde, a contaminação dos corpos hídricos, da areia da praia e do mar impacta as principais atividades econômicas da região – a pesca e o turismo. Por outro lado, foi relatado a contaminação de rios por conta do lixo e esgoto decorrente da atividade turística.

Para as populações tradicionais, muitas vezes a atividade turística resulta em problemas ambientais e conflitos, no entanto, em outros casos, o turismo é visto como potencialidade, atrelado à exploração dos atrativos naturais, das trilhas, ilhas e praias e assim pensado como ecoturismo, e na promoção e valorização da cultura local.

O processo de urbanização decorrente da atividade turística contribuiu para a desorganização das atividades caiçaras e foi um dos responsáveis por grandes transformações na cultura nessas populações, levando à perda ou limitação do território e de algumas atividades típicas. Entretanto, o desejo de alguns moradores de retomada de aspectos fundamentais da cultura tem na atividade turística um motor poderoso.

Ressalte-se que para todos os grupos tradicionais o turismo aparece como potencial sempre associado à cultura, pois entendem que o conhecimento da mata, do mar, e do lugar pode ser aproveitado para guiarem os turistas nas trilhas, cachoeiras, ilhas e lajes. Além da culinária caiçara, farinha e artesanato que acreditam ter um grande potencial de venda aos turistas se retomarem as festas ou fortalecê-las no caso das comunidades que já a praticam.

No caso dos caiçaras, pescadores artesanais e quilombolas identifica-se que o tipo de turismo almejado é o ecoturismo e turismo histórico-cultural enquanto os caiçaras e sitianteiros pensam em desenvolver o turismo rural.

Algumas atividades típicas da cultura caiçara são vistas como potencialidades: o artesanato, a culinária típica, as festas ligadas à colheita ou à pescaria e o uso de plantas medicinais. O desenvolvimento dessas atividades como fonte geradora de renda está associado ao turismo, pois o turista é o potencial consumidor dos produtos da cultura local.

No segmento de turismo ecológico, Ubatuba apresenta uma série de trilhas, cachoeiras e Unidades de Conservação, como a Ilha Anchieta, um dos principais atrativos turísticos do município. As diversas ilhas do município constituem-se em importantes locais para a prática do mergulho. A cidade conta ainda com diversas

marinas e garagens náuticas, localizadas principalmente no Saco da Ribeira, que movimenta mais de 2.000 embarcações.

Segundo o diagnóstico participativo do PEA-SP (PETROBRAS/WALM, 2012), a maior parte das comunidades de pescadores e caiçaras do município de Ubatuba tem relação direta com a pesca artesanal, observando-se que em todas foram identificadas outras atividades para complementar a renda, principalmente ligadas ao turismo. Observou-se que é alto o número de comunitários que abandonaram a pesca para trabalhar em atividades de prestação de serviços gerais ligados ao turismo (caseiros, pedreiros, etc), sobretudo por dois motivos: 1) as atividades turísticas trouxeram a especulação imobiliária que privou grande parte dos caiçaras de suas posses na praia, dificultando o seu acesso ao mar e 2) instalação das Unidades de Conservação e observância das leis ambientais, que dificultaram a manutenção do modo de vida tradicional pelas comunidades.

Na visão dos comunitários, portanto, o turismo é ambivalente pois congrega oportunidades de geração de renda e, ao mesmo tempo, traz conflitos relacionados ao uso e ocupação dos espaços marítimos e terrestres. A intensificação da especulação imobiliária causa a percepção nos comunitários de que a legislação ambiental só é aplicada quando se trata de populações tradicionais, já que existem construções e empreendimentos turísticos licenciados em APP dos rios, topos de morros e demais áreas proibidas para ocupação. Em relação à gestão marítima, os pescadores artesanais relataram a realização da pesca esportiva e amadora ligada ao turismo náutico de forma irregular. Segundo os pescadores, não há respeito do turismo náutico e da pesca amadora com o pescador artesanal. Este é um conflito bastante significativo em toda a região: usuários do espaço marítimo tem suas atividades sobrepostas e competem por recursos. Com esses diversos atores sociais (pescadores artesanais, pescadores industriais, pescadores amadores, embarcações turísticas, órgãos fiscalizadores e empreendedores) com interesses distintos sobre o território marítimo evidencia-se o forte conflito entre eles e a falta de um ordenamento marítimo efetivo.

O turismo foi relatado como potencialidade por algumas comunidades de Ubatuba e está ligado principalmente ao turismo de base comunitária de viés ecológico, em que pescadores levam turistas para passeios de barco explorando a beleza cênica da região. Outras atividades que algumas comunidades já

desenvolvem são visitas às trilhas, aos marcos históricos e culturais e às mariculturas. Em Caraguatatuba, o turismo também foi relatado como potencialidade por todas as comunidades e está ligado aos atributos naturais (água, Mata Atlântica, beleza cênica). As atividades citadas foram roteiros de ecoturismo e turismo rural, passeios de barco explorando a beleza cênica marítima e também do rio Juqueriquerê, pesca amadora e esportiva, visita da fazenda de mexilhão e trilhas na Serra do Mar.

A atividade turística em São Sebastião caracteriza-se, de maneira geral, por atividades de pequena escala, mas com um crescimento quantitativo bastante significativo, principalmente relacionado à infraestrutura e empresas ligadas ao setor (hotéis, pousadas, agências, etc). O turismo chamado de veranista ou de segunda residência é bastante expressivo no município, principalmente na costa sul, nos bairros de Pauba, Maresias, Boiçucanga, Cambury, Baleia, Barra do Sahy e Juquehy, onde estão localizados, de forma concentrada ou dispersa, os condomínios e loteamentos de alto padrão. A região central do município tem seus serviços destinados ao turismo de negócios, esporte náuticos, histórico e cultural (Polis, 2012, p.9-12).

A prática do ecoturismo é beneficiada pela presença da serra do mar e da zona costeira, com inúmeras praias, trilhas e cachoeiras, que garantem a diversidade ecológica em todo o município. A prática de esportes náuticos como vela, kitesurf, windsurfe e surf, também são bastante comuns na região sul do município e no canal de São Sebastião. A cidade guarda a história da cultura caiçara em seus museus, igrejas e festas tradicionais, além do centro histórico, conferindo-lhe assim, um grande potencial para o turismo cultural

No diagnóstico participativo do PEA-SP realizado no município de São Sebastião, identificou-se conflitos que estão relacionados à perda da terra e dos espaços caiçaras, existência de moradias irregulares, poluição dos rios e mares, especulação imobiliária, devastação ambiental, fechamento da praia por casas de veraneio e condomínios, entre outros. Todos esses problemas sentidos e relatados por algumas comunidades apontam para o conflito existente entre, de uma lado, os caiçaras/pescadores artesanais e, de outro, os turistas proprietários desses empreendimentos turísticos, os migrantes moradores de áreas irregulares e as construtoras e imobiliárias responsáveis pelos condomínios. Os problemas

relacionados à urbanização turística (impacto no manguezal por condomínios, casas de veraneio e condomínios de luxo próximas do mar, falta de espaço físico para uso dos pescadores e poluição do mar) são identificados pelos comunitários como responsabilidade do poder público municipal, que não estaria realizando a devida fiscalização. O ecoturismo foi identificado como potencialidade a ser desenvolvida em duas das comunidades: Boiçucanga e Sertão do Cambury. Com diversos atrativos naturais, como as trilhas, cachoeiras e as matas as comunidades buscam nessa atividade mais uma alternativa de emprego e renda.

O município de Ilhabela tem mais de 80% de sua inserida nos limites do Parque Estadual de Ilhabela, apresentando assim grandes extensões de áreas ainda cobertas por mata atlântica. Na Ilha situam-se mais de 300 cachoeiras e diversas trilhas, que propiciam a prática do ecoturismo. Em seu entorno encontram-se naufragados diversos navios, que servem de atração para mergulhadores. A cidade tem o turismo como principal atividade econômica, dispendo de excelente infraestrutura de atendimento ao turista, seja em rede de hospedagem, seja na rede de serviços. Ilhabela se constitui em um centro de excelência para as atividades aquáticas. Há várias opções para os praticantes de vela e, todos os anos, no mês de julho, ocorre a Semana Internacional de Vela de Ilhabela. Outras modalidades praticadas em Ilhabela são o mergulho, o surf, o kitesurf, o windsurfe, a pesca oceânica e a pesca costeira.

Entre as comunidades que participaram do diagnóstico participativo do PEA-SP no município de Ilhabela observam-se muitas particularidades com relação ao turismo. As comunidades de Bonete, Castelhanos, Praia da Fome, Guanxumas e Saco do Eustáquio estão mais consolidadas como destinos turísticos, as duas primeiras pela grande beleza cênica e o atrativo do surf, com infraestrutura de quiosques, restaurantes, camping e pequenas pousadas, e as duas últimas pela atracação das escunas e barcos que passeiam pela região. Nas demais, a atividade do turismo é incipiente. Em Ilhabela, os problemas socioambientais relatados pelas comunidades tradicionais estão relacionados à especulação imobiliária, às restrições no uso dos recursos impostas pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), ao processo de urbanização turística ocorrido no município e à realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores artesanais e os órgãos fiscalizadores/gestores, os turistas e

empreendimentos turísticos, pescadores amadores/industriais e, por fim, as atividades portuárias e petrolíferas que ocorrem no Porto de São Sebastião, no terminal da Transpetro -TEBAR e nas plataformas de petróleo e gás.

O potencial relacionado à cultura caiçara envolve diversas atividades, principalmente a confecção de canoas de madeira, artesanato, fabricação da farinha, salga da tainha e a culinária típica. No caso de Ilhabela, que abriga 17 comunidades caiçaras tradicionais, com um total de aproximadamente 900 caiçaras, o turismo de base comunitária (ecológico-sustentável-étnico-cultural) apresenta-se como grande potencial a ser desenvolvido, valorizando a cultura e as atividades tradicionais existentes e ainda, desenvolvendo um turismo com bases sustentáveis, compatíveis com as características da região.

O turismo foi relatado como potencialidade principalmente pelas comunidades que já realizam a atividade, como o Bonete, Castelhanos, Praia da Fome e Guanxumas/Eustáquio. Também foi relatado como alternativa na Praia da Figueira, que tem grande beleza cênica.

### **CAMINHOS DA MATA ATLÂNTICA (BERTIOGA, GUARUJÁ, SANTOS, CUBATÃO, SÃO VICENTE, PRAIA GRANDE, MONGAGUÁ, ITANHAÉM E PERUÍBE)**

As informações e análises utilizadas para a apresentação da caracterização das dinâmicas socioambientais relativas ao turismo e seus decorrentes conflitos para a região turística 'Caminhos da Mata Atlântica' (que congrega os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS) são oriundas, salvo indicação de outras fontes, dos relatórios do Diagnóstico Participativo do PEA-SP (PETROBRAS/WALM, 2012).

De acordo com os referidos documentos, o litoral centro do estado de São Paulo foi uma das primeiras regiões a ser ocupada no Brasil Colônia. O Porto de Santos – principal infraestrutura de exportação do Brasil – foi o propulsor do desenvolvimento, inicialmente com a exportação de açúcar e após 1822 com o café. A ação do Estado marcou a segunda metade do século XX com a implantação da Cosipa e da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, e a construção da Rodovia Anchieta, que trouxeram um grande contingente de trabalhadores para a região e muitos deles permaneceram após o término das

obras. Por outro lado, a melhoria de acesso gerou um *boom* imobiliário com a construção de casas e apartamentos de veraneio.

A alta densidade urbana do município de Santos associada à restrição física imposta pelas áreas de mangue, canais, rios e morros, provocou extravasamento urbano para os municípios limítrofes, o que resultou em conurbação urbana entre os municípios. Trata-se de uma região com uma complexa relação ambiental, populacional e de atividades econômicas, que reúne vocações aparentemente díspares, como os complexos portuário e industrial de grande porte e a vocação turística, que se mesclam a reservas ambientais e áreas de proteção legal.

Os pescadores artesanais dessa região atuam de modo atomizado e desorganizado, em uma cadeia produtiva desestruturada e sem uma representação qualificada nas tomadas de decisão que afetam seu modo de vida. Este processo ocorre de modo mais acentuado nas comunidades próximas ao núcleo portuário-industrial de Cubatão, São Vicente, Santos e Guarujá. A perda de qualidade ambiental reflete no local de moradia dos pescadores, caracterizado por áreas de alta vulnerabilidade social e risco ambiental. Em casos mais extremos, as comunidades estão em áreas de interesse da expansão portuária, sofrendo constantes ameaças de remoção involuntária. Já nas extremidades norte e sul da RMBS observa-se que o processo de urbanização atinge de modo mais moderado a qualidade de vida dos pescadores, mas ainda assim estes sentem efeitos da perda de qualidade ambiental dos municípios vizinhos.

A RMBS passou por um intenso processo de transformações urbano-industrial-portuárias e apresenta um quadro complexo que envolve atores, atividades e interesses conflitantes. Pelos resultados obtidos no diagnóstico participativo do PEA SP, nota-se que a pesca artesanal e o modo de vida caíram perdendo espaço diante do desenvolvimento de cadeias produtivas mais lucrativas e estratégicas, inseridas na economia regional, nacional e mundial. A “perda de espaço” no campo das disputas políticas e sociais trouxe reflexos negativos à qualidade ambiental, potencializando o processo de marginalização e vulnerabilidade das comunidades não absorvidas pelo modelo de desenvolvimento implantado na região.

Mesmo diante deste quadro, nota-se um alto grau de pertencimento das comunidades com relação à atividade pesqueira, sendo que aspectos dessa

cadeia produtiva foram comumente levantados como potencialidades. O resgate da cultura de festividades, especialmente aquelas que propiciam a comercialização de pescado direto com o público, também foi levantado por alguns grupos como potencial a ser mais bem explorado na cadeia de pesca. Além disso, foram apontados aspectos naturais e de beleza cênica como fatores preponderantes para a qualidade de vida. O levantamento destas potencialidades geralmente esteve associado à necessidade de organização social e política dos grupos, para que tais características sejam incluídas nas tomadas de decisão que envolve o desenvolvimento regional e seus efeitos sobre os recursos naturais.

Em Bertioga, o turismo característico apresenta perfil de um público de classe média alta, advindo majoritariamente da capital paulista, principal polo emissor de turistas do estado. Esse turismo de temporada pautado nas segundas residências desencadeia processos de urbanização e cria condições para a ampliação do setor da construção civil. A expansão das casas de veraneio no município também se intensificou a partir da construção das rodovias e da melhoria na acessibilidade a região. A Riviera de São Lourenço e o Condomínio Morada da Praia são exemplos típicos do tipo de ocupação por segundas-residências no município. O turismo que poderia ser benéfico, segundo os pescadores artesanais, produz impactos negativos devido à falta de fiscalização dos órgãos competentes e sinalização náutica, no que diz respeito à gestão do uso comum da área marítima e estuarina. Como exemplos de conflito são citados os barcos de veraneio e as motos aquáticas que utilizam a área comum de maneira irresponsável prejudicando áreas de mangue, provocando assoreamento dos rios e não respeitando áreas de pesca. Estabelece-se desta forma um conflito entre pescadores artesanais e turistas, tendo como causa principal as deficiências na gestão deste espaço. Com relação ao turismo, e neste caso especificamente, o de segunda residência, o problema relatado refere-se à aprovação de loteamentos e condomínios de luxo em áreas de mangue, que são aterradas, diminuindo assim a área de pesca e atuação para os pescadores.

No Guarujá, observa-se que o turismo de segunda residência ocupou a orla e morros próximos ao mar e o contingente de trabalhadores não especializados fixou-se em áreas sensíveis como a região do distrito de Vicente de Carvalho. Desse padrão se soma a ocupação mais ao norte da orla marítima, onde

loteamentos de alto padrão em praias isoladas permitem acesso somente aos proprietários de veraneio. E, por fim, há ainda a disseminação de um novo padrão de ocupação na margem insular do canal (i.e. estrada Guarujá-Bertioga) que, com condições favoráveis à atracação de embarcações, abriga marinas e instalações náuticas, além do surgimento de casas com píer particular, ambos retificando rios e aterrando manguezais.

Além do turismo, o Guarujá também recebeu influência da pressão e expansão urbana de Santos, especialmente em assentamentos sobre manguezais, áreas residenciais próximas à balsa, instalações náuticas (iate clube, estaleiros e centros de pesca) que buscam a proximidade do porto e do Canal de Santos, além das instalações portuárias que também se expandiram até ocupar as duas margens do canal. Guarujá é um município com características urbanas divergentes. Isto é, ao passo em que parte de seu território está ligado ao turismo, geralmente regulado urbanística e legalmente, outra grande parte abriga ocupações ilegais por populações de menor renda, principalmente em áreas subnormais localizadas nas proximidades de rios e estuários.

Um fator amplamente lembrado pelas comunidades diagnosticadas trata de projetos e políticas públicas voltadas aos interesses conflitantes ou inadequados com a pesca artesanal. Dentre as políticas públicas citadas merece destaque o “Projeto Orla”, uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União, cujas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob o domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial com articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Os pescadores de Guarujá, especialmente os grupos de Guaiuba e Enseada, alegaram desconhecer as ações previstas para o Projeto Orla e temem que este venha favorecer as ações de associações de proprietários de veraneio que pretendem restringir o uso da área que atualmente é utilizada para estacionamento, embarque e desembarque dos pescadores artesanais.

A região do Perequê é uma região turística com restaurantes e condomínios de luxo, atraindo a mão de obra feminina para o setor do turismo, reduzindo a dependência da mulher à cadeia produtiva da pesca. Outros temas relacionados à organização comunitária remetem à existência de conflitos com proprietários de

residências de veraneio, geralmente relacionados ao uso e ocupação de trechos da orla marítima.

Em Guaiuba observam-se as duas situações descritas. Entre os pescadores e os donos de casas de veraneio, no uso de um espaço que atualmente é estacionamento de barcos, mas que está sendo planejado para uma academia de ginástica ao ar livre. Ambas as associações de pescadores são contra, porém não conseguem, de maneira isolada, enfrentar a associação de moradores. Já existem processos jurídicos envolvendo a disputa de direito de uso desses trechos da orla entre associação de pescadores e associação de proprietários de residências.

No caso do final da Enseada também foi identificado conflito e disputa entre proprietários de casas de veraneio que pretendem restringir o acesso dos pescadores à praia. Por fim, no caso de Astúrias o conflito não remete ao acesso já que os barcos são mantidos na água, há, porém, conflitos com a existência de comercialização de modo informal na praia. Segundo depoimentos dos pescadores desta praia, alguns moradores consideram inadequada a realização da comercialização na faixa de areia e fazem denúncias, e alguns pescadores tiveram sua produção apreendida por alegação de violação do código de conduta.

Ainda no que concerne aos órgãos ambientais, quase metade das comunidades diagnosticadas relatam que tem a “impressão que a fiscalização ambiental não é imparcial”, pois imaginam que a abordagem é diferenciada entre pescadores artesanais e outros atores como a pesca industrial e barcos de veraneio ou pesca esportiva. Outra fragilidade bastante citada remete a falta de representatividade dos interesses da pesca artesanal nas tomadas de decisão sobre uso e ocupação de meio ambiente, incluindo os conflitos com os setores do turismo, industrial e portuário, além da falta de apoio da prefeitura e órgãos ambientais.

Santos abriga o principal Porto da América Latina, além de estar próximo do polo industrial de Cubatão e do município do Guarujá que tem grande parte de sua economia voltada ao turismo. Diante deste contexto até 1940 a ocupação de Santos se deu em grande parte pela chegada de migrantes nordestinos em busca de trabalho no porto. A partir de 1950, somou-se ainda a chegada de migrantes atraídos pelas oportunidades econômicas geradas no polo industrial de Cubatão.

Também a partir desta década a realização de obras para melhoria de acesso viário, como a Via Anchieta em 1947, a BR 101 (Rio-Santos) em 1970 e a rodovia dos Imigrantes em 1976, facilitaram o acesso entre o litoral e a capital paulista, que é considerada o principal polo emissor de turistas do país. Como resultado desenvolveu-se na região uma ocupação territorial a partir da aquisição de apartamentos de temporada ou segunda residência, geralmente nas áreas próximas da orla da praia e envolvendo setores de classe média alta de São Paulo e do interior do estado.

O Diagnóstico do PEA-SP assinalou que, em Cubatão, os pescadores do município não desejam uma transição de atividades para o setor de serviços ligados ao turismo. Reivindicam melhoria na qualidade ambiental para que possam continuar explorando recursos típicos de áreas de manguezais (guará-vermelho e pescado). A qualidade do ar e das águas em Cubatão melhorou significativamente na última década, mas os moradores ainda se queixam de emissões de gases e efluentes, bem como de grande quantidade de material particulado (POLIS, 2012, p.3).

Em São Vicente, a área insular está voltada para ocupações do turismo de segunda residência e o restante do território, localizado em área continental, foi ocupado por populações de baixa renda que se instalaram em construções precárias em áreas irregulares e sujeitas à ação das marés. A pesca artesanal no município é uma atividade que ainda sobrevive, mas tem baixa representatividade econômica junto à população, que trabalha majoritariamente no setor terciário. Os problemas socioambientais relatados estão associados, de modo geral, à atividade pesqueira e ao processo de urbanização e industrialização da RMBS. Neste sentido destacam-se conflitos dos grupos diagnosticados com relação ao poder público municipal, tanto porque existe o sentimento de que São Vicente cumpre funções secundárias em relação ao desenvolvimento regional, quanto pela existência de incentivos para promoção da pesca amadora voltada ao turismo enquanto há falta de incentivo e infraestrutura para a pesca artesanal.

No caso de Ilha Caraguatá, localizada entre São Vicente e Cubatão, o turismo náutico e os turistas são vistos pelos comunitários como potencialidades, já que os pescadores vendem isca viva para as marinas e os pescadores amadores.

Em Praia Grande, as novas opções de transportes nas primeiras décadas do século XX, como a Estrada de Ferro Santos-Juquiá, em 1912, e, principalmente, a construção da Ponte Pênsil em 1914 (ligação terrestre entre Praia Grande e São Vicente) possibilitaram o desenvolvimento inicial do município, a partir do interesse de investidores imobiliários, atraídos pela faixa de 22,5 km de praias contínuas. A partir da década de 1930, o número de veranistas aumentou gradualmente, em grande parte devido à propaganda feita pelas companhias loteadoras e às facilidades oferecidas para a compra de terrenos. Também podem ser destacadas as melhorias efetuadas em infraestrutura, como energia elétrica e ruas de acesso.

Em meados da década de 1960, três áreas podiam ser definidas em Praia Grande: Boqueirão, o centro e a área balneária, que atraía aos domingos caminhões e ônibus fretados. Nas três décadas seguintes, com a construção das Rodovias Padre Manoel da Nóbrega (1970) e dos Imigrantes, em 1974-76, se desencadeou um processo de ocupação e turismo muito rápido e desordenado e, a partir dos anos 1990, moradores e veranistas começaram a sofrer com problemas de infraestrutura como falta de água potável, de energia elétrica e de rede de esgotos.

Em relação aos turistas, os pescadores integrantes do diagnóstico do PEA-SP identificam dois problemas que se acentuam na alta temporada: o aumento de lixo nas praias (comprometendo a segurança desses profissionais, pois muitas vezes há materiais cortantes não visíveis) e a disputa pelo uso do espaço, tanto na água quanto na faixa de areia, dificultando a entrada e saída do mar. Praia Grande se caracteriza, desde as décadas de 60 e 70, por receber o “turista de um dia”, que passa o dia na praia, popularmente chamado de “farofeiro”. Com o objetivo de reestruturar o turismo na cidade, em 1993 entrou em vigor a Lei Municipal n. 793, que “Disciplina a circulação e o estacionamento de ônibus de excursão provindos de outros municípios” e, além disso, a prefeitura implantou outras ações nas praias como urbanização, instalação de quiosques e equipamentos de lazer. No entanto, nota-se que os pescadores não reconhecem essas mudanças ao longo da última década como um benefício ou melhoria na relação com os turistas.

O município de Mongaguá passou por um vertiginoso crescimento urbano impulsionado pelas atividades de veraneio. A estabilidade monetária aliada ao aumento do poder de compra da população trouxe a massificação de segunda residência no município, tendo como perfil veranistas com residência de classe média e média-baixa, que utiliza em menor grau os serviços oferecidos pelo município. As praias de Mongaguá apresentam comércio de apoio aos turistas, com quiosques em toda a orla. Além disso, são frequentadas por praticantes de esportes náuticos e pesca esportiva, como na praia Agenor de Campos, tradicionalmente utilizada para a prática do surfe e reconhecida pela existência da Plataforma de Pesca (esta última instalada em 1979 para alavancar as atividades turísticas relativas à pesca amadora). Porém, as praias de Mongaguá tem problemas de balneabilidade durante o verão, devido principalmente ao turismo de alta temporada, período em que a população flutuante multiplica em dez vezes a população residente, ocasionando sobrecarga no sistema de tratamento do município.

Os pescadores artesanais de Mongaguá apontaram como principal problema oriundo do turismo o conflito entre pescadores e turistas de segunda residência pelo uso da orla do município. Segundo os pescadores, a valorização imobiliária, o preconceito de moradores veranistas contra os pescadores artesanais (especialmente os dos novos prédios construídos na orla, que se sentem incomodados pelo fato de as atividades de pesca e comercialização começarem muito cedo) e a inação do poder público municipal para regularizar e melhorar a infraestrutura de comercialização do pescado perpetuam o favorecimento dos turistas no uso da orla. Os pescadores comparam a boa estrutura dos quiosques para turistas com a péssima estrutura das suas barracas de comercialização (agravada pela dificuldade em identificar os pontos de venda, já que há excesso de quiosques e que um muro foi construído ao longo de toda a orla). Os pescadores apontaram como potencialidade a presença de unidades de conservação marinhas, pois acreditam que estas áreas irão promover o retorno de diversas espécies de pescado, cujo volume foi reduzido nas últimas duas décadas. Segundo os pescadores, o aumento de peixes irá favorecer tanto o turismo náutico como a pesca artesanal.

Em Itanhaém, o turismo é caracterizado por pessoas de poder aquisitivo não elevado e pode ser agrupado em três categorias: público (representado pelos hotéis e pensões), semi-públicos (colônias de férias) e particular (residências secundárias). O “turismo de um dia” não é bem aceito pela população, que pressionou o poder público estadual a transformar um terminal de passageiros em escola.

Os pescadores diagnosticados atribuem uma função ambígua aos turistas: ao mesmo tempo que representam consumidores em potencial para o pescado, também competem pelo uso dos espaços marítimos/fluviais e por recursos (no caso do turismo voltado à pesca amadora/esportiva, o próprio pescado). Para os pescadores, os turistas pressionam a infraestrutura pública, contribuem para a degradação ambiental e para a diminuição do pescado (jogam lixo nas praias e pescam peixes pequenos) e perturbam o espaço marítimo (pois as lanchas e motos aquáticas, em número crescente, não respeitam as leis de navegação). Os pescadores apontaram como potencialidade a qualidade cênica da paisagem de Itanhaém e seus recursos distintos (rios, cachoeiras, mangue, praias).

Em Peruíbe, as casa de veraneio/segunda residência ocupam toda a orla, cenário decorrente de uma ocupação urbana voltada aos interesses da especulação imobiliária. Nesse processo, as populações caiçaras foram deslocadas de suas áreas originais de moradia e trabalho e empurradas em direção ao interior. Posteriormente, sofreram novas ingerências locais ao serem pressionadas a deixar as áreas no interior que passaram a integrar unidades de conservação.

Os pescadores diagnosticados relataram problemas socioambientais relacionados, preponderantemente, à gestão ambiental e ao processo histórico de uso e ocupação do solo no município, com a valorização da orla em decorrência do turismo e a aplicação das leis ambientais decorrentes da criação de unidades de conservação. Nesse contexto, os problemas podem ser sintetizados em perda de área de pesca, de exploração pelo turismo e de moradia, além de outros impactos decorrentes de restrições ambientais, que refletem no saneamento básico, acessos e infraestrutura para a pesca. Estes problemas acarretam conflitos entre os pescadores artesanais caiçaras e o turismo, pelos interesses divergentes na área da orla e entre as comunidades e os órgãos ambientais de

fiscalização e gestão, principalmente por conta das Estações Ecológicas (ESEC Jureia-Itatins e ESEC de Tupiniquins), que restringem áreas para a pesca e turismo. Além disso, há conflito entre os pescadores artesanais e os industriais pelas áreas de pesca remanescentes e pelo pescado.

E apesar do conflito com o turismo e com as unidades de conservação, ambos foram apontados, juntamente com as comunidades compostas por povos indígenas e as especialidades culinárias tradicionais, como potencialidades de desenvolvimento sustentável. O turismo de base comunitária poderia organizar estes atores e seus recursos distintos em projetos que garantissem o empoderamento de caiçaras, pescadores e indígenas, já suficientemente espoliados no processo de parcelamento do uso e ocupação do solo do município de Peruíbe.